



Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-52

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1.1. Aos acionistas: Senhores Acionistas, Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades do exercício de 2015, acompanhadas das Demonstrações Financeiras da Concessionária da Rodovia dos Lagos SA - CCR ViaLagos, referente ao exercício social no em 31 de dezembro de 2015. **1.2. Apresentação:** A CCR ViaLagos, constituída em 10 de dezembro de 1996, tem como objetivo principal, realizar sob o regime de concessão de serviço público, a exploração da ligação viária Rio Bonito - Araruama - São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ 124, trecho Rio Bonito - Araruama; e paralela à RJ 106, trecho Araruama - São Pedro da Aldeia. Compreendendo os serviços e obras de monitoração, recuperação, manutenção, conservação, operação, implantação e ampliação, mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente pela outorga da concessão. **1.3. Destaques do Ano de 2015:** A empresa está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu Plano de Investimentos. Desta forma, houve emissão de debêntures no valor de R\$ 150.000 em julho de 2015, com vencimento para julho de 2020 que contribuiu para as melhorias da rodovia. A Rodovia dos Lagos (RJ-124) foi muito bem avaliada na Pesquisa CNT de Rodovias 2015, divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT). A via foi a única, dentre todas as rodovias que cortam o Estado do Rio de Janeiro, com o status "ótimo" em todos os quesitos avaliados: Estado Geral, Pavimento, Sinalização e Geometria.

2. Estratégia e Gestão: 2.1 Gestão de Pessoas: A política de gestão de pessoas da CCR ViaLagos está voltada na valorização do capital humano e crença da capacidade criativa, realizadora e transformadora das pessoas, propiciando por meio do clima organizacional, qualificações e oportunidade, o caminho para o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus colaboradores. A quantidade de colaboradores próprios em 2015 foi em média 179. Neste ano a concessionária investiu em programa de capacitação técnica e desenvolvimento do seu grupo de colaboradores, destacando-se os seguintes treinamentos: Atualização da NR-10, Programa Aprimorado (excelência no atendimento), Programa Desenvolvimento de Liderança, etc.

3. Desempenho Econômico e Financeiro: 3.1 Desempenho: As tarifas de pedágio cobradas pela CCR ViaLagos são de nidas pela AGETRANSP. Em agosto de 2015, tivemos os reajustes das tarifas. A Tarifa Básica de Pedágio (TBP) foi reajustada de R\$ 9,90 para R\$ 10,30 e Tarifa Básica com Adicional (TBA) foi reajustada de R\$ 16,40 para R\$ 17,20. No ano de 2015 a receita operacional bruta da companhia atingiu o valor de R\$ 111.411 com as atividades de transporte rodoviário e receitas acessórias, com crescimento de 4,38% sobre o obtido em 2014. Neste mesmo ano tivemos um resultado líquido inferior em 33,75% quando comparamos com o ano de 2014. A redução no lucro líquido é explicada principalmente pelo aumento das despesas financeiras, devido ao aumento do endividamento para realização das obras de melhoria da rodovia. Ocorreu a emissão de debêntures de longo prazo no valor de R\$ 150.000 no mês de julho, para conclusão das obras de melhoria na rodovia. No ano de 2015, foram realizados R\$ 37.601 em investimentos, destacando-se a obra prevista no 8º Termo Aditivo do contrato de concessão que contempla a melhoria da segurança viária com a implantação dos dispositivos de separação de pistas, readequação das sinalizações, alargamento das pistas, pavimentação dos acostamentos, novos sistemas de drenagem, implantação de passarelas e construção de retornos e travessias de pedestres.

4. Sustentabilidade: 4.1 Desempenho Social: 4.1.1 Capital Social e de Relacionamento - Stakeholders: No âmbito de atuação da responsabilidade corporativa, um dos maiores investimentos socioeducativos do Grupo CCR é o Programa Estrada para a Cidadania, que contribui no desenvolvimento de cidadãos mais conscientes com o trânsito e o meio ambiente. Em 2015, na região de abrangência da CCR ViaLagos,

o programa atendeu 16 mil alunos e 560 professores dos municípios de Rio Bonito, Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio, com aulas de educação para o trânsito, cidadania e meio ambiente. Além disso, em 2015, a CCR ViaLagos levou projetos culturais itinerantes para a Região dos Lagos: Buzum!, Cine em Cena e Teatro a Bordo. **4.2 Desempenho Ambiental: 4.2.1 Capital Manufacturado:** No ano de 2015 o destaque é para a conclusão da obra Melhoria da segurança viária, presente no 8º Termo Aditivo Contratual. A implantação dos dispositivos de separação de pistas transformou a Rodovia dos Lagos em uma estrada ainda mais moderna e segura para os seus usuários.

5. Considerações Finais: 5.1 Agradecimentos: A Administração da CCR ViaLagos agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, em especial a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transporte Aquaviário, Ferroviário e Metroviário e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSP), aos usuários, financiadores e instituições parceiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, com afeição, empenho e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados pela Concessionária em 2015. **5.2 Auditores Independentes:** Em nosso Relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o com ito de interesse com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de Reais)							
Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	6	10.847	29.948	Empréstimos	13	-	152.522
Contas a receber	7	365	334	Debêntures	14	73.030	1.710
Contas a receber com operação de derivativos	21	-	20.020	Fornecedores	15	3.137	9.049
Contas a receber - partes relacionadas	10	4.307	4.570	Fornecedores - partes relacionadas	10	364	880
Impostos a recuperar		5.075	5.264	Impostos e contribuições a recolher		1.316	1.501
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	430	430	Obrigações sociais e trabalhistas		2.355	2.054
Despesas antecipadas e outras		1.405	1.283	Obrigações com o poder concedente		52	53
Total do ativo circulante		22.429	61.849	Provisão de manutenção	17	2.258	1.410
Não circulante				Juros sobre capital próprio		1.104	744
Realizável a longo prazo				Outras contas a pagar		224	211
Impostos diferidos	8b	4.288	2.112	Total do passivo circulante		83.840	170.134
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	8.640	9.070	Não circulante			
Depósitos judiciais e outros		294	285	Debêntures	14	153.491	66.975
		13.222	11.467	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	16	3.824	2.266
Imobilizado				Provisão de manutenção	17	6.312	5.445
Intangível				Total do passivo não circulante		163.627	74.686
Total do ativo não circulante	12	220.778	191.769	Patrimônio líquido			
Total do ativo		244.862	210.281	Capital social	18a	12.550	12.550
		267.291	272.130	Reserva de lucros	18b e 18c	7.274	14.760
				Total do patrimônio líquido		19.824	27.310
				Total do passivo e patrimônio líquido		267.291	272.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de Reais)									
Nota	Capital social	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total		
		Legal	Estatutária	Retenção de lucros				2015	2014
Saldos em 1º de janeiro de 2014									
	12.550	2.243	765	5.213	-	-	20.771	-	-
Distribuição de dividendos em 29 de abril de 2014	-	-	-	(2.813)	-	-	(2.813)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	29.218	29.218	-	-
Destinações:									
Distribuição de dividendos intermediários em 28 de outubro de 2014	-	-	-	(2.400)	-	(16.591)	(18.991)	-	-
Reserva legal	-	266	-	-	-	(266)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	146	-	-	(146)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(875)	(875)	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	2.213	(2.213)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	9.127	-	(9.127)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	12.550	2.509	911	9.127	2.213	-	27.310	-	-
Distribuição de dividendos em 29 de abril de 2015	18c	-	-	(5.132)	(2.213)	-	(7.345)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	19.356	19.356	-	-
Destinações:									
Distribuição de dividendos intermediários em 28 de outubro de 2015	18c	-	-	(180)	-	(18.018)	(18.198)	-	-
Reserva estatutária	18b	-	-	97	-	(97)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	18d	-	-	(58)	-	(1.241)	(1.299)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	12.550	2.509	1.008	3.757	-	-	19.824	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A., constituída em 10 de dezembro de 1996, tem como objetivo principal realizar sob o regime de concessão de serviço público precedido de obras públicas, a exploração da ligação viária Rio Bonito - Araruama - São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124, trecho Rio Bonito - Araruama; e paralela à RJ-106, trecho Araruama - São Pedro da Aldeia; compreendendo os serviços e obras de monitoração, recuperação, manutenção, conservação, operação, implantação e ampliação, mediante cobrança de pedágio e pagamentos de direitos ao Poder Concedente (Governo do Estado do Rio de Janeiro) pela outorga da concessão. O prazo de concessão inicial era de 25 anos, contados a partir da ordem de início expedida pelo DER-RJ em janeiro de 1997. Esse prazo foi estendido em dezembro de 2011, por meio do 8º Termo Aditivo aprovado pelo Poder Concedente, garantindo à concessionária mais 15 anos na administração e operação da Rodovia, até 12 de janeiro de 2037. A reformulação do contrato também estabeleceu a redução das tarifas, bem como a inclusão de investimentos em obras de melhoria de segurança viária, com a implantação da divisória metálica entre as pistas, inaugurada em julho de 2015. Cerca de R\$ 200.000 foram investidos na rodovia e, entre as principais melhorias, destacam-se: alargamento das pistas nos dois sentidos; estruturação e pavimentação dos acostamentos; novos sistemas de drenagem e sinalização; implantação de passarelas; construção de retornos e travessias de pedestres. Essa importante obra representa um marco na segurança da CCR ViaLagos, estimulando ainda mais o desenvolvimento da Costal do Sol. A Rodovia dos Lagos (RJ-124) foi muito bem avaliada na Pesquisa CNT de Rodovias 2015, divulgada da Confederação Nacional do Transporte (CNT) em novembro de 2015. A via foi a única, dentre todas as rodovias que cortam o Estado do Rio de Janeiro, com o status "ótimo" em todos os quesitos avaliados: estado geral, pavimento, sinalização e geometria.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da companhia. **a) Moeda estrangeira:** Transações com moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores. **b) Ajuste do resultado:** Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **c) Receitas de serviços:** As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Receitas de construção: segundo a ICPD 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza signifi cativa na sua realização. **d) Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. • Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método

dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. • Instrumentos financeiros derivativos: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício, exceto quando da aplicação do hedge de risco de taxa de câmbio. • Capital social - ações ordinárias e preferenciais: Ações ordinárias e preferenciais são classificados como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **e) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignifi cante de alteração de valor. **f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da duração do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. **g) Ativo imobilizado:** Reconhecimento e mensuração: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualifi cáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos. • Depreciação: A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas nas notas explicativas nº 11. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **h) Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada. • Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "p". **i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e suas reversões são reconhecidas no resultado e em etidas em uma conta de provisão contra recebíveis. • Ativos financeiros: Os valores con-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	19	135.240	194.624
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(34.977)	(98.563)
Provisão de manutenção	17	(4.740)	680
Depreciação e amortização	11 e 12	(7.002)	(3.322)
Custo da outorga		(430)	(430)
Serviços		(5.636)	(11.993)
Custo com pessoal		(9.251)	(7.268)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.446)	(1.548)
Outros		(2.777)	(2.787)
		(66.259)	(125.231)
Lucro bruto		68.981	69.393
Despesas operacionais			
Despesa com pessoal		(3.869)	(2.548)
Serviços		(6.906)	(6.343)
Materiais, equipamentos e veículos		(235)	(294)
Outras		(4.474)	(3.859)
Outros resultados operacionais		280	-
Resultado antes do resultado financeiro		53.777	56.349
Resultado financeiro	20	(25.493)	(12.758)
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		28.284	43.591
Imposto de renda e contribuição social	8a	(8.928)	(14.373)
Lucro líquido do exercício		19.356	29.218
Lucro líquido por ação - (em reais - R\$)			
Lucro por ação ordinárias	18f	0,55039	0,83081
Lucro por ação preferenciais	18f	0,55039	0,83081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de Reais)

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	19.356	29.218
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	19.356	29.218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	19.356	29.218
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.176)	11.310
Apropriação de despesas antecipadas	430	431
Depreciação e amortização	7.002	3.322
Baixa de ativo imobilizado	21	-
Variação cambial sobre empréstimos	47.242	18.490
Juros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	20.691	8.001
Capitalização dos custos de empréstimos	(2.248)	(1.091)
Resultado de operação com derivativos	(39.267)	(7.090)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	1.942	2.840
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	183	90
Constituição da provisão de manutenção	4.740	(680)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	941	826
	39.501	36.449

	2015	2014
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (redução) dos ativos		
Contas a receber	(214)	(105)
Contas a receber - partes relacionadas	263	(1.002)
Impostos a recuperar	189	(2.672)
Despesas antecipadas e outras	(131)	(656)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(3.912)	(684)
Fornecedores - partes relacionadas	(516)	880
Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição social	3.398	5.485
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(3.583)	(5.550)
Obrigações sociais e trabalhistas	301	(248)
Pagamentos com riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	(384)	(617)
Realização provisão de manutenção	(3.966)	(3.377)
Outras contas a pagar	12	(270)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	50.314	56.851
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(4.624)	(1.464)
Adições ao ativo intangível	(34.977)	(99.607)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(39.601)	(101.071)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de operação com derivativos	59.678	(11.924)
Financiamentos e arrendamento mercantil		
Captações	148.130	66.854
Pagamentos de principal	(199.850)	-
Pagamentos de juros	(11.290)	(6.128)



Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-52

continuação

havia uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira com ável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos uxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que re ete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos especí cos para o passivo. Os custos nanceiros incorridos são registrados no resultado. **k) Provisão de manutenção - contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível especí co de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especí cada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao nal do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia de ne que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identi cado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. A provisão de manutenção é contabilizada com base nos uxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. Para ns de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento. **l) Receitas e despesas nanceiras:** Receitas nanceiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações nanceiras, mudanças no valor justo de ativos nanceiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos nanceiros. As despesas - nanceiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos nanceiros, mudanças no valor justo de ativos nanceiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos nanceiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos quali cáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. **m) Capitalização dos custos dos empréstimos:** Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção. **n) Benefícios a empregados:** Plano de contribuição de nida: Um plano de contribuição de nida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições xas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição de nida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **o) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos scais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações nanceiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para ns contábeis e os correspondentes valores usados para ns de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações nanceiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições scais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos scais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis scais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos scais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos scais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas scais, créditos scais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração. **p) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. **q) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo nanceiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo nanceiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo nanceiro do concedente pelos serviços de construção. Tais ativos nanceiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo nanceiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **r) Novos pronunciamentos e interpretações:** Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2015 pelo International Accounting Standards Board - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações nanceiras para o exercício ndo em 31 de dezembro de 2015. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações nanceiras.

Nota

2	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
7	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
8b	Impostos diferidos
11	Depreciação do ativo imobilizado
12	Amortização dos ativos intangíveis
16	Provisão para riscos
17	Provisão de manutenção
21	Instrumentos nanceiros

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos nanceiros como para os não nanceiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas especí cas àquele ativo ou passivo. Investimentos em títulos nanceiros: O valor justo de ativos nanceiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações nanceiras. Passivos nanceiros não derivativos: O valor justo determinado para ns de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos uxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg). Derivativos: As operações com instrumentos nanceiros derivativos resumem-se a contratos de swaps de moeda, que visam à proteção contra riscos cambiais. Operações de swap de moeda: Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os uxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos nanceiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos nanceiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e in ação; e c) Risco de taxa de câmbio. A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações nanceiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de insituições nanceiras depositárias de recursos ou de investimentos nanceiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações nanceira e patrimonial das contrapartes, assim como a de riação de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições nanceiras, somente são realizadas operações com instituições nanceiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating. **b) Risco de taxas de juros e in ação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos nanceiros. A Companhia está exposta a taxas de juros utuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da London Interbank Offered Rate (Libor); (2) do Certí cado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; (3) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures. As taxas de juros nas aplicações nanceiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6 e 21. As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de in ação. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos nanceiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco nanceiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para nanciar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, nanciamentos e debêntures. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos nanceiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos nanceiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	2015	2014
Caixas e bancos	1.477	1.354
Aplicações nanceiras	9.370	28.594
	10.847	29.948

As aplicações nanceiras foram remuneradas, em média, à taxa de 99,46 % do CDI, equivalente a 13,10% ao ano (10,73% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2014).

7. Contas a receber:

	2015	2014
Pedágio eletrônico (a)	2	2
Receitas acessórias (b)	261	85
Pedágio eletrônico - outros (c)	191	111
Receitas de arrecadação - PEX (a)	126	168
	580	366
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	(215)	(32)

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.773)	(4.005)
Transferências (a)	(1.843)	(5.689)
Saldo nal	3.482	2.970

11. Ativo Imobilizado: Movimentação do custo

	2014	2015
Saldo inicial	6.777	6.777
Adições	4.005	2.773
Baixas	(2.	



Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-52

continuação

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Saldo inicial	Adições
Móveis e utensílios	10	(280)	(55)	(335)
Máquinas e equipamentos	13	(3.122)	(213)	(3.335)
Veículos	24	(983)	(312)	(1.295)
Instalações e edificações	12	(4.299)	(316)	(4.615)
		(8.684)	(896)	(9.580)

12. Ativos Intangíveis: Movimentação do custo:

	2014		2015	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	240.748	34.857	1	275.606
Direitos de uso de sistemas informatizados	862	-	-	862
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	280	-	-	280
	241.890	34.857	1	276.748

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	139.134	101.614	-	240.748
Direitos de uso de sistemas informatizados	861	-	1	862
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	281	-	(1)	280
	140.276	101.614	-	241.890

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.880 em 2015 (R\$ 1.051 em 2014). A taxa média de capitalização em 2015 foi de 5,99 % a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 0,71% a.a. em 2014. (a) Reclasse de cações do ativo imobilizado para o intangível.

Movimentação da amortização

	2014		2015	
	Saldo inicial	Adições	Saldo inicial	Adições
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(49.261)	(5.756)	(55.017)
Direitos de uso de sistemas informatizados	21	(592)	(88)	(680)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(268)	(5)	(273)
		(50.121)	(5.849)	(55.970)

	2013		2014	
	Saldo inicial	Adições	Saldo inicial	Adições
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(46.936)	(2.325)	(49.261)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(513)	(79)	(592)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(246)	(22)	(268)
		(47.695)	(2.426)	(50.121)

(b) Amortização pela curva de benefício.

13. Empréstimos:

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento	2015		2014	
				2015	2014	2015	2014
Em moeda estrangeira							
Merrill Lynch (a)	US\$ + LIBOR 3M + 1,4% a.a.	N/I	Agosto de 2015	-	152.522	(b)	
Subtotal em moeda estrangeira					152.522		
					2015	2014	
					-	152.522	

Total circulante

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

(a) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de swap, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 23 para maiores detalhes).

Garantias: (b) Não existem garantias. Em 17 de agosto de 2015, ocorreu o pagamento da totalidade do empréstimo com o Bank of America em moeda estrangeira (dólar norte-americano).

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 2015	Vencimento	2015		2014	
						2015	2014	2015	2014
1ª Emissão	109,50%								
- Série única do CDI	0,1088% (a)	146	24	Abri de 2016	69.127	68.685	(b)		
2ª Emissão	IPCA +								
- Série única	7,34% a.a.	0,25546% (a)	1.870	1.744	Julho de 2020	157.394	-		
Total geral				1.768		226.521	68.685		
						2015	2014		
Circulante									
Debêntures						73.433	1.782		
Custos de transação						(403)	(72)		
						73.030	1.710		
Não Circulante									
Debêntures						154.856	67.000		
Custos de transação						(1.365)	(25)		
						153.491	66.975		

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-xadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a ocorrência do prazo de cada transação.

Garantias: (b) Não existem garantias.
Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2015	2014
2020	154.856	

1. Em 10 de abril de 2014, foi realizada a 1ª emissão pública de debêntures, num total de 6.700 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfaria, com valor nominal total de R\$ 67.000, as quais têm remuneração de 109,50% do CDI. O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos integralmente em 10 de abril de 2016, sendo permitido o resgate antecipado nos termos da escritura. Os principais critérios para o vencimento antecipado são: • Distribuir aos acionistas dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a investida tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressaltado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios; • Redução do capital social da emissora, que represente mais de 10% do seu patrimônio líquido sem que haja prévia anuência de debenturistas representando ao menos maioria simples das debêntures em circulação, manifestadas em assembleia especialmente convocada para este fim. 2. Em 15 de julho de 2015, foi realizada a 2ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirográfaria, enquadrada sob a Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 159 do Ministério dos Transportes de 16 de julho de 2015, com valor nominal total de R\$ 150.000 e vencimento em 15 de julho de 2020. As debêntures têm remuneração de IPC-A + 7,34% a.a., o primeiro pagamento de juros semestrais tem início em 15 de janeiro de 2016. O principal será pago no vencimento da operação. As debêntures não contam com garantias de qualquer natureza.

15. Fornecedores

	2015	2014
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	588	5.676
Cações e retenções contratuais (b)	2.516	3.370
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	33	3
	3.137	9.049

(a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2014		2015	
	Saldo inicial	Constituição/reversão	Pagamentos	Atualização monetária
Não circulante				
Cíveis e administrativos	668	1.267	(20)	254
Trabalhistas e previdenciários	126	(17)	(88)	20
Tributários	1.472	-	-	142
	2.266	1.250	(108)	416
				3.824

	2013		2014	
	Saldo inicial	Constituição/reversão	Pagamentos	Atualização monetária
Não circulante				
Cíveis e administrativos	-	1.011	(403)	60
Trabalhistas e previdenciários	43	103	(83)	63
Tributários	-	1.377	-	95
	43	2.491	(486)	218
				2.266

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 166 e R\$ 110, respectivamente (R\$ 128 e R\$ 3, respectivamente em 2014). A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2015	2014
Cíveis e administrativos	134	692
Trabalhistas e previdenciárias	49	-
	183	692

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas ações judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 2015 é de R\$ 838.

17. Provisão de manutenção

	2014		2015	
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização
Circulante	1.410	3.366	162	(3.966)
Não circulante	5.445	1.374	779	-
	6.855	4.740	941	(3.966)
				8.570

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2015, são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29% e 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

18. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 12.550, representado por 35.168.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 17.584.000 ordinárias e 17.584.000 preferenciais. **b. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c. Reserva estatutária:** É constituída à razão de 0,5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **d. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 29 de abril de 2015, a Companhia distribuiu dividendos intermediários no montante de R\$ 7.345, correspondente a R\$ 0,21 por ação, à conta de parte do saldo da reserva de retenção de lucros e parte do saldo de dividendo adicional proposto existente em 31 de dezembro de 2014, conforme Assembleia Geral Ordinária. Em 28 de outubro de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 18.198, correspondente a R\$ 0,52, por ação a conta de parte dos lucros apurados no período de janeiro a setembro de 2015 e parte do saldo da reserva de retenção de lucros existente em 31 de dezembro de 2014, os dividendos intermediários foram distribuídos conforme base acionária de 28 de outubro de 2015.

	2013		2014	
	Saldo inicial	Constituição/reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização
Circulante	5.620	(2.609)	408	(3.377)
Não circulante	4.466	1.929	418	-
	10.086	(680)	826	(3.377)
				6.855

e. Juros sobre capital próprio: No dia 29 de dezembro de 2015, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária o destaque de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 1.299, que serão pagos até 31 de dezembro de 2016, conforme vier a ser deliberado oportunamente. **f. Lucro básico e diluído:** A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	19.356	29.218
(-) Constituição de reserva estatutária	(97)	-
Lucro líquido ajustado	19.259	29.218
Dividendos mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	4.815	7.303
Dividendos intermediários pagos	18.018	21.915

19. Receitas:

	2015	2014
Receitas de pedágio	110.542	105.972
Receitas de construção	34.977	98.563
Receitas acessórias	869	760
Receita bruta	146.388	205.295
Impostos sobre receitas	(9.651)	(9.248)
Abatimentos	(1.497)	(1.423)
Deduções das receitas brutas	(11.148)	(10.671)
Receita líquida	135.240	194.624

20. Resultado Financeiro:

	2015	2014
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos e debêntures	(15.834)	(8.001)
Varição cambial sobre empréstimos	(74.427)	(31.840)
Varição monetária sobre debêntures	(4.857)	-
Perda com operações de derivativos	(52.543)	(22.326)
Valor justo sobre empréstimos (fair value option)	(1.766)	(2.697)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(941)	(826)
Capitalização de custos dos empréstimos	2.248	1.091
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(879)	(472)
	(148.999)	(65.071)

	2015	2014
Receitas Financeiras		
Ganho com operações de derivativos	92.201	30.499
Varição cambial sobre empréstimos	27.185	13.350
Valor justo sobre empréstimos (fair value option)	1.375	1.614
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.270	6.440
Juros e outras receitas financeiras	475	410
	123.506	52.313
	(25.493)	(12.758)

Resultado financeiro líquido

(a) Os valores estão deduzidos do PIS e Co ns sobre receitas financeiras no montante de R\$ 55.

21. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações de nidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias de nidas pela administração da Companhia. É adotada a manutenção de contratos de hedge para proteção de, pelo menos, 100% dos pagamentos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, vencidos nos próximos 24 meses, ou de acordo com critérios estabelecidos em contratos de nanciamento. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Companhia possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/re nanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

	2015		2014	
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis
Ativos				
Aplicações financeiras	9.370	-	28.594	-
Contas a receber	-	365	-	334
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	4.307	-	4.570
Contas a receber com operações de derivativos	-	-	20.020	-
Passivos				
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	(152.522)	-
Debêntures (a)	-	(226.521)	-	(68.685)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	(3.413)	-	(9.313)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(364)	(880)
	9.370	4.672	(230.298)	4.904
			(103.908)	(78.878)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Aplicações financeiras** - São de nidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações; • **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações; • **Debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2015	
--	------	--



Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

CNPJ/MF nº 01.612.234/0001-52

continuação

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção:

SWAP	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valor de referência (Nocional) (1)				Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado			
					Moeda estrangeira		Moeda local		Moeda local		Moeda local		Recebidos/(Pagos)		Valores a receber/ (recebidos)		Ganho/(Perda) em resultado	
					2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Posição ativa	Merrill Lynch	15/08/2013	17/08/2015	USD + Libor 3M + 1,40% a.a.	56.980	56.980	176.786	151.350	-	152.868	59.678	(11.924)	-	20.020	39.658	8.173		
Posição passiva				109,95 % do CDI						(132.848)								
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015 E 2014										20.020	(11.924)		20.020	39.658	8.173			
TOTAL DAS OPERAÇÕES										20.020	(11.924)		20.020	39.658	8.173			

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

Riscos Cambiais	2015		2014		Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (4)	Efeito em R\$ no resultado		
	39.658	8.173	39.658	8.173					Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
As taxas de juros consideradas foram (1):					As taxas de juros consideradas foram (1):	CDI (2)		14,14%	17,68%	21,21%	
						IPC-A (3)		10,67%	13,34%	16,01%	

Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros. Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-pagadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2016 ou até o vencimento de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (4)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Abril de 2016	69.151	(2.714)	(3.355)	(3.983)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Julho de 2020	159.138	(29.131)	(33.582)	(38.034)
Total do efeitos de ganho ou (perda)				(31.845)	(36.937)	(42.017)

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo. Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2015, divulgada pela CETIP; (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2015, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

22. Compromissos vinculados a contratos de concessão: A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 31 de dezembro de 2015 esses compromissos totalizavam R\$ 31.431 (R\$ 31.326 em 31 de dezembro de 2014) e retem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios realizados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes.

23. Demonstração dos fluxos de caixa: Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício de 2015 e 2014. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2015	2014
Fornecedores	2.000	(956)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	2.000	(956)
Adições ao ativo intangível	(2.000)	956
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(2.000)	956

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA		CONTADOR	
Márcio Roberto de Moraes Silva Diretor Presidente	Francisco Pierrini Diretor Operacional	Hélio Aurélio da Silva CRC 1SP129452/O-3 "S" RJ	

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO							
Renato Alves Vale Presidente do Conselho	Antônio Linhares da Cunha Conselheiro	Arthur Piotto Filho Conselheiro	Ítalo Roppa Conselheiro	José Braz Ciof Conselheiro	Leonardo Couto Vianna Conselheiro	Marcus Rodrigo de Senna Conselheiro	Paulo Yukio Fukuzaki Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.
Rio Bonito-RJ

Introdução: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício em 2015, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da ade-

quação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício em 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016
Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4

Id: 1936814

Você fala conosco por aqui!



Canal aberto para o cidadão fazer reclamações, críticas, sugestões, elogios e pedidos de orientação

☎ 0800 025 3231

✉ ouvidoria@tce.rj.gov.br

🌐 www.tce.rj.gov.br

